



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/10/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. SEM ASSUNTO.....	2
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. EXECUÇÃO PENAL.....	3
3.2. OBRAS/REFORMA.....	4
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CNJ.....	5 - 7
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DECISÕES.....	8
5.2. EVENTOS.....	9
5.3. SERVIDORES.....	10

Juiz maranhense é destaque em conferência internacional de arbitragem

O juiz Nélson Moraes Rego, titular da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luis, será um dos palestrantes da Conferência Luso-brasileira Sobre Arbitragem. A conferência é uma iniciativa do Departamento de Direito da Universidade Portucalense, que fica na cidade do Porto, em Portugal, e acontece na terça (30). Na conferência, dois assuntos: "Sistema Integrado de Jurisdições, interação do Processo Civil com a Arbitragem no Direito Luso-Brasileiro", que será abordado pelo juiz brasileiro Nelson Melo de Moraes Rêgo, e "O Princípio da colaboração/assistência dos tribunais judiciais durante iter arbitral", a cargo de Maria João Mimosa, professora auxiliar da UPT.



Juiz Nelson Moraes Rego

INTERIOR DO MARANHÃO

PM reservistas reforçarão segurança em promotorias

Fruto de mais um convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, mais 18 policiais da reserva remunerada da PM serão cedidos e treinados para trabalharem na vigilância e segurança dos edifícios-sedes das Promotorias de Justiça do interior do Maranhão.

O acordo foi assinado pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Aluisio Mendes, na quinta-feira (25), em seu gabinete, com a procuradora Geral de Justiça do Maranhão, Regina Lucia Rocha. Presentes também, o secretário

adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina, além de uma equipe técnica do Ministério Público (MP).

O acordo, que está em conformidade com a Lei Estadual 6.839/96, não trará nenhuma perda no efetivo da PM, segundo o secretário de Segurança. "Esta parceria foi firmada sem precisar deslocar policiais da ativa e dos que ainda estão exercendo funções diárias nas ruas. Todos os policiais que foram selecionados se destacaram durante sua vida militar e es-

taremos ainda garantindo a segurança do patrimônio estadual", frisou.

Regina Rocha destacou a parceria com a SSP como de suma importância para o Ministério Público, de acordo com a procuradora, além de proteger o patrimônio, com a presença dos policiais, os servidores do MP se sentirão mais seguros para desempenhar suas atividades. "A medida será de grande valia. Estes policiais passarão por um treinamento que será ofertado pela própria Secretaria de Segurança. Além deles, os que já estão desempenhando o trabalho, também pas-

sarão pelo mesmo treinamento para que atualizem os conhecimentos", afirmou.

A procuradora Geral de Justiça afirmou que a previsão é que em um prazo de 40 dias, os policiais já estejam exercendo suas novas funções. Em novembro do ano passado, outro convênio assinado entre o Governo e MP já tinha destinado 130 policiais para trabalharem na vigilância de unidades do Ministério Público. Outros órgãos, como o Tribunal de Justiça também contam com o apoio de policiais da reserva para garantir a segurança dos prédios da instituição.

Especialistas advertem para o número de presos provisórios

Seminário realizado sexta-feira em Brasília discutiu o número excessivo de detentos sem que estejam definitivamente condenados; segundo o Conselho Nacional de Justiça, existem 500 mil detentos nessa situação

BRASÍLIA - O número excessivo de presos em situação provisória, ou seja, sem que estejam definitivamente condenados pelo trânsito em julgado do processo, comprova que prevalece no país uma "lógica do encarceramento", segundo a opinião de especialistas reunidos no seminário Prisão Provisória e Seletividade, realizado sexta-feira (26) na sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), organizador do evento junto com o Ministério da Justiça e a Rede Justiça Criminal, quatro de cada 10 presos são mantidos encarcerados no Brasil sem julgamento definitivo, equivalentes a 40% da população carcerária brasileira, que é aproximadamente 500 mil detentos.

Os dados apresentados durante o seminário apontam que muitos dos crimes praticados por encarcerados em prisão cautelar não oferecem grave ameaça à sociedade, a exemplo de pequenos furtos, depredação de patrimônio e brigas, entre outros.

Participaram do evento, cujo objetivo foi debater alternativas para o uso abusivo da prisão provisória no país, magistrados, advogados, policiais e representantes de organizações da sociedade civil, do Judiciário, do Congresso Nacional e do Governo Federal.

"Há no Brasil, um excessivo número de presos provisórios. É preciso oferecer instrumentos diversos à prisão para aqueles casos em que ela não é necessária", observou o coordenador da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Luiz Antônio Bressane.

Juizes - Desde julho de 2011, com a Lei 12.403/11, os juizes têm novas opções, chamadas medidas cautelares, além da prisão preventiva, para afastar ameaças à condução do processo criminal. A lei determina também que a prisão provisória só deva ser realizada em caráter excepcional.

Entre as medidas alternativas oferecidas pela lei estão a prisão domiciliar, o monitoramento eletrônico e a proibição de viajar. Contudo, estes instrumentos não vêm sendo utilizados pela maioria dos magistrados.

Na avaliação do secretário de Reforma do Judiciário do Minis-

tério da Justiça, Flávio Caetano, é preciso construir um pacto interinstitucional pela melhoria do sistema carcerário brasileiro. "A situação é realmente muito ruim. Precisamos, em conjunto, buscar condições de aplicar a nova lei e avaliar se ela tem contribuído para reduzir a banalização do uso da prisão provisória no país".

Para Flávio Caetano, muitas vezes os juizes não aplicam as medidas cautelares porque não se sentem seguros com a sua efetividade, devido à ausência de estrutura necessária para aplicar as medidas. "Nosso desafio é construir uma rede de apoio para fiscalizar a aplicação das medidas", destaca.

A deputada federal Érika Kokay (PT-DF) disse na abertura do seminário que existe um recorte definido para a população carcerária no Brasil, fenômeno que chamou de "prisão seletiva", e que afeta a população de baixa renda, jovens e de origem negra.

Mais

A Rede Justiça Criminal, uma das organizadoras do evento, é integrada pelas seguintes entidades da sociedade civil: Instituto Sou da Paz; Pastoral Carcerária; Associação pela Reforma Prisional; Instituto de Defesa do Direito de Defesa; Instituto Terra, Trabalho e Cidadania; Justiça Global; Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP); Conectas Direitos Humanos, e Instituto de Defensores de Direitos Humanos.

Tribunal de Justiça inicia obras do novo fórum de Imperatriz

**Sede do Judiciário
será instalada em
uma de mais de 14
mil metros quadrados**

O Tribunal de Justiça do Maranhão deu início às obras de construção do novo fórum da Comarca de Imperatriz, no sul do estado. Foi lançada na última quinta-feira (25) a primeira etapa dos serviços, com início da terraplenagem do terreno onde será erguida a sede do Judiciário naquela comarca, no bairro Residencial Kubitscheck, em área de expansão da cidade.

O terreno de 14.083,33 m² foi doado pelo presidente da Facimp (Faculdade de Imperatriz), Antonio Leite Andrade. A escritura foi entregue ao presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, em 28 de fevereiro deste ano, pelo decano da Corte, desembargador Antonio Bayma Araújo, designado pela presidência do TJMA para conduzir as tratativas visando a doação do imóvel e execução da obra.

Em Imperatriz, Bayma Araújo

assinou a ordem de serviço que acionou máquinas no canteiro de obras. O começo da construção do novo fórum foi acompanhado pelo desembargador Raimundo Melo, pelo diretor do Fórum Min. Henrique de La Rocque, juiz Adolfo Pires da Fonseca, e magistrados da comarca.

O decano do TJMA exaltou a determinação do presidente Guerreiro Júnior em dotar Imperatriz de um fórum à altura da comarca, a segunda maior do estado e grande pólo de desenvolvimento do Maranhão.

“Essa primeira etapa será realizada com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário [Ferj], mas a presidência do Tribunal já viabiliza outras fontes de financiamento para garantir a totalidade da obra”, ressaltou.

Segundo o diretor de Engenharia do TJMA, Rui Barbosa Lima Sobrinho, o terreno será preparado para receber o fórum, com serviços de compactação e movimentação de terra, nivelamento de desníveis, escavação e aterramento, e outros.

GILMAR MENDES FALA SOBRE O MENSALÃO – PÁG 8

GILMAR MENDES ANALISA MENSALÃO

Jurista esteve em São Luís. Na oportunidade, conversou sobre diversos temas relacionados ao Supremo. O principal foi sobre a ação penal 470, o mensalão

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, esteve em São Luís na tarde de ontem, 26, para participar do 1º Congresso Internacional de Direito. Antes de iniciar a conferência "A Construção de Criação de uma Corte de Justiça no Mercosul", Gilmar atendeu à imprensa e falou sobre o julgamento do mensalão, Lei da Ficha Limpa e justiça eleitoral.

Mensalão

Após a sessão desta quinta-feira, 25, o ministro Carlos Ayres Britto avisou que o julgamento do processo do mensalão será retomado somente no dia 7 de novembro. A suspensão se deve em razão de uma viagem do relator da ação penal, Joaquim Barbosa. Gilmar Mendes informou que o relator se afastou para um tratamento de saúde no exterior. "Desde agosto estamos com a pauta do plenário exclusivamente dedicada a esse julgamento, trata-se de 38 réus acusados de diversos crimes. Agora já temos o debate inicial e critérios já definidos para que possamos encerrar esse assunto nos próximos dias", relatou o ministro, que garantiu que o julgamento finaliza em até, no máximo, seis sessões, realizadas ainda na primeira quinzena de novembro.

Ao retornar do recesso, Gilmar Mendes informa que o STF concluirá o julgamento do núcleo publicitário. Na última sessão, o ministro Marco Aurélio Mello decidiu adiar a apresentação de seu voto sobre as penas de dois crimes que o publicitário Marcos Valério – acusado de ser o operador do esquema do mensalão – foi condenado. O presidente decidiu, então, avaliar a pena de Ramon Hollerbach, que era sócio de Marcos Valério. "Ainda estamos analisando o núcleo publicitário,

mas ainda há algumas questões em aberto. Então vamos ter que exaurir esse núcleo e em seguida o relator deve indicar outro núcleo para fixar a dosimetria (cálculo da pena)", explicou Gilmar Mendes.

O ministro acredita que o julgamento do mensalão terá resultados positivos e pode coibir os crimes de corrupção. "Agora, talvez, em todas as instancias haverá uma maior dinâmica no processo desses crimes ligados a administração pública. No Supremo (STF) é apenas uma instância, a mais alta, que envolve deputados, senadores, o presidente da república, os próprios juízes. Mas esses crimes ocorrem em todas as esferas da administração pública, especialmente discussões ligadas a campanhas, então acredita-se que a partir de agora pode reduzir (a ocorrência)", defendeu.

Lei da Ficha Limpa

Questionado por O Imparcial sobre os resultados da Lei da Ficha Limpa, Gilmar Mendes disse ainda não ter dado suficientes para uma avaliação aprofundada. Em fevereiro desse ano o STF aprovou a validade da nova Lei para as eleições municipais deste ano. Em 2010, com menos de um ano de criação da Ficha Limpa, o Supremo impediu a aplicação já naquelas eleições. Gilmar confessou ter reservas em relação a Lei, ele votou contra sua aplicação imediata na eleição anterior, e que também fez censuras em relação a algumas disposições. Mesmo sendo voto vencido, o ministro acredita que as penas deveriam ser aplicadas depois do processo com trânsito em julgado – o STF definiu que não podem ser candidatos por oito anos, políticos condenados pela Justiça em decisão colegiada, mesmo com processos ainda não concluídos.

"Acredito que vamos precisar de

algum tempo para fazer um balanço e saber se realmente o resultado é positivo ou não. Em tese é muito difícil dizer que sua aplicação é negativa porque em princípio ela permite certa depuração do ambiente político. Evita que pessoas que tenha antecedentes criminais graves, que estejam processadas ou já condenadas no tribunal de segunda instância continuem na vida política", avaliou Gilmar Mendes.

Ele ainda ressaltou que se deve ter atenção na aplicação da lei da ficha limpa. "Na vida política muitas vezes acontece criminalização gratuita", lembrou. O ministro acredita essas situações pode dar ensejo para instauração de processos de forma abusiva. "Por isso devemos ficar atentos", alertou Gilmar.

Morosidade da Justiça

Gilmar Mendes responsabiliza a judicialização – resolução de conflitos por vias judiciais – para a lentidão do Direito no Brasil. Ele conta que transita no país cerca 85 milhões de processos, para algo em torno de 18 mil juízes. O que significa que, a cada grupo de três cidadãos, tem-se um processo. O ministro diz que tem sido feito um grande esforço para se modificar esse quadro. E recordou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adotou as metas de julgamentos, na tentativa de julgar os processos que ficam acumulados.

"A própria lei da ficha limpa é um pouco resultado dessa morosidade. Optou-se por não mais esperar pelo trânsito em julgado exatamente porque se posterga demais o trânsito em julgado", destacou o ministro Gilmar Mendes.



Polêmico, ministro Gilmar Mendes esteve em São Luís e não deixou de falar sobre temas como mensalão, ficha limpa e atuação do Supremo Tribunal Federal em diversos assuntos

Quem é

Gilmar Mendes é mestre e doutor em Direito pela Universidade de Münster, na Alemanha, e mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB). Em 2002 tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal. Na Justiça Eleitoral, já atuou nos tribunais regionais eleitorais de Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.



DEPUTADO E SECRETÁRIO DE ESTADO SÃO INDICIADOS POR GRILAGEM

POR JULLY CAMILO

O inquérito que investigou a grilagem de terras na comunidade da Pindoba, no município de Paço do Lumiar, já foi entregue ao Tribunal de Justiça do Maranhão. Várias pessoas foram indiciadas, entre elas o deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD), o secretário estadual Alberto Franco (Assuntos Estratégicos), o delegado de polícia aposentado Sebastião Justino e o advogado Sebastião Cardoso Filho. Os indiciamentos foram por formação de quadrilha, uso de documentos falsos e abuso de autoridade.

De acordo com o relatório da comissão de delegados da Polícia Civil, coordenada pelo delegado Carlos Alberto Damasceno, a aposentada Sinésia Isidória de Mello, conhecida como "Sinoca", foi

lesada pelos acusados. Um funcionário do cartório de São José de Ribamar, que na época colaborou para a falsificação dos documentos, também foi indiciado.

A comissão de delegados ainda não se pronunciou sobre a conclusão do relatório. Com a fraude comprovada, o Poder Judiciário deve decidir nos próximos dias pela reintegração de posse da área grilada.

Jornada de Direito da Uema acontece no mês de novembro

Acontece entre os dias 5 a 7 de novembro, no auditório da Assembleia Legislativa do Maranhão, a I Jornada de Direito da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

Com a temática “Constituição, Democracia e Direitos Fundamentais”, Acontece entre os dias 5 a 7 de novembro, no auditório da Assembleia Legislativa do Estado, a I Jornada de Direito da Universidade Estadual do Maranhão (Uema). O evento objetiva reunir grandes juristas com o intuito de discutir temas tradicionais e atuais em Direito Constitucional, bem como eixos temáticos que abordarão a efetividade dos direitos fundamentais, os novos direitos e as implicações contemporâneas do direito ambiental.

Segundo a Comissão organizadora, a Jornada se concretiza também como um espaço propício para avaliação das grandes conquistas alcançadas recentemente pelo Curso de Direito da Uema. “Este evento coincide com fatos notórios que evidenciam a consolidação o crescimento do Curso, como a inauguração do Núcleo de Práticas Jurídicas, a aprovação de três alunos no

exame da Ordem dos Advogados do Brasil, que cursavam ainda o 9º período, e a outorga de grau da primeira turma do Curso de Direito de São Luís, no fim desse ano”, ressaltou o representante da Comissão, o acadêmico Luís Gustavo Sousa.

A solenidade de abertura contará com a participação do renomado constitucionalista, o procurador do Estado do Rio Grande do Sul, José Luís Bolzan de Moraes, que ministrará a conferência intitulada “Constituição, democracia e supremacia judicial: direito e política no Brasil contemporâneo”.

Na Jornada terá ainda a participação de importantes juristas maranhenses, entre eles, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB/MA), Mário de Andrade Macieira; o desembargador James Magno Araújo Farias; o defensor público federal no Maranhão e também professor da Uema, Yuri Costa, entre outros. Mais informações sobre a I Jornada de Direito da Uema podem ser obtidas pelo telefone: (98) 3245-1232 ou pelo endereço eletrônico jornadadireitouema1@hotmail.com.

❖❖ Gente, o que tem de 'togado' do interior duvidando do sucesso dessa anunciada nomeação de concursados para trabalhar na justiça de primeiro grau, no interior do estado, é uma 'festa'!!! Um deles, que não se identifica 'nem a pau', garante que em muitos casos isso não quer dizer nada, pois é só o analista ou técnico chegar ao interior vem um magistrado 'importante' e solicita que esse servidor seja cedido para trabalhar no local 'x' ou 'y', na capital!!! "E aí temos que dar conta de todo o serviço sem ajuda nenhuma, praticamente, ficando, assim, muito difícil cumprir as metas do CNJ", 'esperneou' o 'togado' interiorano!!! Sei não, 'meu'..., não duvidem de 'Don Guerreiron'..., o homem tá botando é ordem na casa!!!